

# RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

---

KIEWE (Heinz Edgar), BIDDULPH (Michael) e WOODS (Victor). — *Civilisation on Loan*. A. N. I. Ltda., of 7 St Michael's Mansions, Ship Street, Oxford, England. 1973.

*Civilização por empréstimo* é um album para ser guardado. Uma peça de colecionador, contendo fatos frios e assertivas provocadoras e mais de 400 gravuras fascinantes para ajudar a testa-los. Mostra os elos que ligam o Oriente e o Ocidente atrás da *camouflage* nacionalista que perpetua a noção de que a separação total é possível.

O arrogante homem "civilizado" repetidamente emprestou — para dizer de modo polido — sem reconhecer o débito. Este é o tema do album, que tenta corrigir um pouco a História. As gravuras, escolhidas com cuidado e coragem, mostram como as idéias chinesas, japonesas e thai, difundiram-se espantosamente na arte, gosto e sofisticação européias por mais de três mil anos.

Neste desafio ao ponto de vista causado por imagens deformadas, *Civilização por Empréstimo*, sem dúvida provocará xenofobias suburbanas. Mas, muito mais importante, estimulará a outros. Entre eles a nova geração, que, instintivamente procura um século XXI melhor, onde as idéias serão permutadas sem embaraço ou suspeitas, aumentando o entendimento entre os povos de todo o mundo — do Oriente ao Ocidente e do Ocidente ao Oriente.

O album segue as pegadas dos intermediários que enriqueceram o mundo com as idéias e os produtos dos povos de civilizações contrastantes.

*O Empréstimo* examina a bagagem desses intermediários, mostrando como o senso comum desse tráfico torna as idéias nacionalistas de superioridade, baseadas na desconfiança do diferente, uma tolice. Sir Walter Raleigh, ele mesmo um aventureiro, não foi o único a acreditar que cada nação era miraculosamente auto-suficiente. No entanto, o fato inconfortável é que muitas coisas que consideramos básicas originaram-se no outro lado do mundo. Da China veio o carrinho de mão, o arco, a pólvora, o compasso magnético, o chá, o papel, a seda pura e pintada. A lista vai longe, sem entrar no reino da inspiração, no pensamento, na arte, no desenho e nas maneiras.

*Os Empréstado/es* examinam de perto os intermediários através da História. Quem eram eles? De onde vieram? Que dificuldades tiveram de enfrentar, da Natureza às Autoridades? Como esses homens empreendedores conseguiram subsistir a despeito de cada perigo? Os prudentes árabes traficando no Mar

---

(\*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

Vermelho guardaram tão zelosamente o segredo da canela que os gregos acreditavam que ela crescia na Arábia. Os longínquos chineses defendiam do mesmo modo ciumento o segredo da seda.

*Os Caminhos* seguem seus rastros. A Rota da Seda que serpenteava da China em direção ao Ocidente era cheia de perigos para os que a usavam, mas permaneceu ocupada e fervilhante em muitos pontos. Os esforços para encontrar rotas marítimas mais estáveis e viáveis continuaram até alcançar eventual sucesso e ajudar a estabelecer um fluxo irreversível de comércio de tal forma que mesmo eventos políticos graves não mais puderam estanca-lo. Tinham sido abertos largos e potentes canais de comunicação. O aumento do comércio levou à procura de um modo de comércio lucrativo em cada país.

*O Meio* pelo qual isto foi conseguido era a imitação. Era feita frequentemente e sem escrúpulos. Na Europa, a cerâmica era falsificada para parecer verdadeira: a finíssima porcelana. Na Inglaterra eram compostos especialmente modelos de chitão com padrão oriental, mandados à Índia para a manufatura e embarcados novamente para a Europa como tecidos indianos autênticos. A realidade tornou-se enganosa, as origens convenientemente disfarçadas.

*O Mito* era o resultado. Comumente havia confusão sobre artigos antes familiares. E esta ignorância era fortalecida pela convicção europeia da inferioridade dos estrangeiros. A ficção não se atinha apenas aos objetos: nos jardins, nas salas de estar, no vestuário e nas ruas. Fixava-se também nas noções da arte e desenhos não convencionais. O album estuda a hostilidade a artistas, de Renoir e Dürer a Beardsley e Watteau, visita as eminentemente sensíveis "tribos ignorantes" da Mongólia e os "copistas iletrados" da Índia.

*Os à Margem* sempre pisaram a fimbria das civilizações centralizadas, meio admirados e inteiramente temidos. O album encontra palavras em prol do papel dos curandeiros asiáticos, mágicos ou médicos, cujas técnicas estáticas foram vantajosamente adotadas por São Paulo.

*A Civilização* assim legada ao século XX tem uma longa folha de "coincidências". O que o mundo aprendeu foi — consagrado pelo tempo e de modo natural — pela imitação. Ainda assim este processo humano básico tem sido refutado. Walter White, marinheiro do século XIX, mostra o poder deste legado de atitudes nas suas reminiscências de encontros com os naturais dos países nas praias europeias.

*A Terra Deserta*: foi como William Morris a viu. O album examina sua contribuição à arte e à manufatura, e sua condenação à fenda fatal da sociedade que a fez esteril.

*O Olho Ampliado* conduz a um diálogo elucidativo com um perpicaz estadista, poeta e pintor que preferiu assinar-se simplesmente "o sacerdote silencioso". Isto leva a um exame novo da larga abertura que, contra o senso e a história, separa o Oriente e o Ocidente, nação a nação.

Por toda parte, como flores silvestres, há gravuras. Em profusão, mudamente salientam a mensagem escrita, mostrando similaridades nos costumes, enfeites, arte, mobílias, porcelana, tecnologia e brinquedos.

E. S. P.

\* \* \*

\*

SAMARAN (Charles) et HIGOUNET (Charles) (ed.). — *Recueil des actes de l'abbaye cistercienne de Bonnefont en Comminges*. Paris. Bibliothèque Nationale. 1970. 326 pp.

A obra pertence à coleção de documentos inéditos sobre a história da França, secção de Filologia e História até 1610, da qual é o oitavo volume e foi editada com o auxílio do C. N. R. S..

Trata-se da edição das atas da abadia ciesterciense de Bonnefont, em Comminges, na região do alto Garona, que estão dispersas em diversas bibliotecas e arquivos.

Os editores, além de reconstituírem o núcleo arquivístico original, também se preocuparam com a localização geográfica da abadia e suas propriedades, bem como com sua expansão territorial.

Constam da obra, cuidadosamente editada: estudos sobre fontes e estudos diplomáticos sobre os documentos da abadia; a história da abadia e a bibliografia existente sobre o assunto. Seguem-se as edições das atas, apresentadas em dois grupos: um em que os documentos estão diretamente ligados à abadia, e vão de 1136 a 1774 e, outro, em que os documentos se relacionam indiretamente com a ordem, de 1085 a 1593. Há um índice onomástico e outro de local, além de ilustrações como desenhos, gráficos e aerofotos dos terrenos da abadia.

A documentação da abadia de Bonnefont permite estudo sobre a vida conventual e mais importante ainda, sobre a vida econômica na região do alto Garona dos séculos XII ao XVIII. Pode-se acompanhar a transformação da exploração agrícola direta feita pelos monges de Cister, nas granjas abaciais, em exploração indireta, à partir da segunda metade do século XIII, de tipo senhorial.

A situação econômica da abadia de Bonnefont à partir do século XIV, e nos séculos seguintes, XV e XVI, esteve em constante degradação, com a perda de terrenos e privilégios que acompanhou o aumento do poder real na França. Percebe-se através das aerofotos que os terrenos pertencentes à abadia não foram completamente ocupados e explorados, e que muitas granjas iniciadas pelos monges não progrediram.

Essa obra, além do valor como edição de textos e obra de erudição, possui uma massa documental extremamente importante para a reconstrução da vida econômica, tanto da ordem de Cister, como para acompanhar a evolução do processo econômico de tipo senhorial na França medieval.

RAQUEL GLEZER

\* \*  
\*

LA RONCIÈRE (Charles M. de). — *Un changeur florentin du trecento: Lippo di Fede del Segna (1285 env. — 1363 env.)*. S. E. V. P. E. N. Paris. Coleção "Affaires et Gens d'affaires, XXXVI". Publicação da École Pratique des Hautes Études. VIe Section. Centre de Recherches Historiques. 1973. 277 páginas.

Como contribuição para a maior divulgação, no Brasil, dos repertórios documentais dos arquivos em geral, apresentamos esta obra impar, baseada nuro livro de contas do *Archivo di Stato* da cidade de Florença. Seu conteúdo, de especial valor, nos permite estudar, de perto, "a vida pessoal, familiar e profissional" (p. 11) de Lippo di Fede de Segna, obscuro negociante florentino que viveu entre os séculos XIII e XIV.

Quem se interessa pela Idade Média sabe o quão dificultoso é o estudo de temas relativos à esta época, não unicamente no que respeita às próprias fontes, como ainda no que concerne à bibliografia especializada. Insere-se, daí, o alto significado das pesquisas e trabalhos referentes aos primeiros séculos da Idade Média, à medida em que o campo de estudo da História vai se tornando cada vez mais vasto e que as transformações no método oferecem ensejo para uma reconsideração de todos os setores da referida ciência. Nestas condições, para nossa satisfação, entre tais estudos, inclui-se esta magnífica contribuição de La Roncière.

O tema em questão, apoiado em plano rigoroso, desenvolve-se numa sequência de dez capítulos, nos quais se reconstitui: a juventude de Lippo; os dois tipos de atividade que exerceu, como o câmbio funcionava em Florença e a usura na França e em Chipre, pelas quais podemos analisar os complicados negócios dos profissionais da moeda; a especulação nos anos de crise, entre 1315 e 1318; suas audaciosas operações efetuadas na França; seu apego à propriedade rural e, finalmente, sua velhice solitária e amarga. Disto resulta que seu memorial fornece rico acervo de informações sobre questões pouco conhecidas: conjuntura monetária e meios financeiros na Toscana, de 1315 a 1323; lugar do campo na vida e nas preocupações de um homem de negócios de certa envergadura; perturbações causadas no cantão rural pela implantação de uma fortuna sólida e dinâmica; consequências da permanência na França, por vinte anos.

À primeira vista, este trabalho parece ser insípido e árido, porem oferece agradável leitura, uma vez que o autor consegue emergir deste conjunto, um destino individual que ilumina, singularmente, o todo.

Encerram o livro: um glossário, dois documentos, bibliografia, índice, relação de mapas, gráficos e fotografias.

*EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO*

\* \* \*

\*

TOLLEMER (A.). — *Un Sire de Gouberville. Gentilhomme Campagnard au Cotentin, 1553-1562*. Introdução Histórica de Em. Le Roy Ladurie. Haia. Mouton Editeur. 1972. LII 837 páginas. 1 volume in 16° (10,5 x 17 cm).

A obra em epígrafe constitui um estudo realizado no fim do século XIX pelo abade Tollemmer baseado num manuscrito do século XVI. O documento utilizado foi um diário de um senhor da nobreza rural da Normandia de nome Gilles de Gouberville, escrito de 1553 a 1562. A primeira edição do mesmo foi no *Journal de Valognes* (de 12 de fevereiro de 1870 até 20 de março de 1872) e a segunda já em livro por uma editora (L'Imprimerie de G. Martin, Libraire) em 1873. Houve mais duas publicações, uma em 1892 e outra em 1895 pela *Société des Antiquaires de Normandie* e a presente edição foi realizada cem anos após a reimpressão.

Enriquece esta publicação a introdução realizada pelo historiador Le Roy Ladurie. Trata-se de um estudo sério do manuscrito original cujo objetivo foi mostrar a vida de Gouberville e os dados que o mesmo oferece no seu diário para uma visão geral de um mundo agrário em pleno funcionamento nos meados do século XVI. Além da introdução há uma bibliografia sumária sobre o texto e a reprodução de duas cartas do abade Tollemmer, uma endereçada a um membro da *Bibliothèque Nationale* e outra ao proprietário do documento. No fim do volume encontra-se um glossário de trinta e seis páginas elaborado por Tollemmer com a finalidade de ajudar uma melhor compreensão do vocabulário de Gilles de Gouberville.

O abade Tollemmer deixa transparecer na obra seu interesse por manuscritos antigos, descrevendo como encontrou por acaso o documento em questão e a sua decisão de realizar um estudo crítico do mesmo. Selecionou o que achou de mais interessante e compôs este trabalho exaustivo sobre os costumes de um senhor rural, suas atividades econômicas, a vida de seus servos, referindo-se continuamente ao original e citando trechos do diário.

Acredita-se que o relato quotidiano de Gouberville abrangesse um período superior a quinze anos, que é a parte que nos resta, sendo que o abade estudou somente dez anos. Atualmente Nicole Bernageu prepara uma pesquisa de conjunto sobre Gouberville.

Em suma, o trabalho é de leitura cansativa, mas de qualquer forma uma contribuição valiosa do século passado para o historiador interessado na vida agrária do século XVI na Normandia.

DULCE AMARANTE DA SILVA RAMOS

\* \* \*

\*

BARON (S. W.) — *História e Historiografia do povo judeu*. Editora Perspectiva. São Paulo. 1974. 384 págs.

Reconhecido unanimemente como um dos maiores historiadores do povo judeu de nossos tempos, o Prof. Salo Baron vê agora uma coletânea de seus inúmeros estudos publicada pela primeira vez no Brasil e graças ao pioneirismo intelectual do Dr. Jacob Guinsburg.

A obra histórica de Salo Baron representa uma etapa no estudo científico da história judaica, se a considerarmos em termos de grandes elaborações culturais que tiveram seus precedentes na obra de Graetz no século passado e posteriormente na *Weltgeschichte des jüdischen Volkes* do não menos significativo Simão Dubnov.

Nascido em 1895, estudou em Viena, onde se doutorou em filosofia, em ciências políticas e em leis, adquirindo uma vasta cultura humanística e que, aliada ao seu talento interpretativo, resultou numa produção profícua de trabalhos históricos que devemos considerar como entre os melhores de nosso século na área da história do povo judeu. Basta-nos mencionar os três volumes que compõem a ainda não superada *The Jewish Community*, publicada em 1942, que pode dar uma idéia das qualidades do historiador. A lista incompleta de seus trabalhos publicados no *Festschrift* em sua honra, sob o título *Essays on Jewish life and thought*, pela Columbia University Press em 1959, relacionam em 16 páginas sua atividade científica, que vai desde o ano de 1912 e se estende até 1958, apresentando uma variedade temática rara entre historiadores e homens de ciência. O editor do *Festschrift*, Joseph L. Blau, aponta a sua fenomenal capacidade de trabalho e somente assim podemos explicar a quantidade de suas publicações. Desde que começou a ser publicada a monumental *A Social and Religious History of the Jews*, causou o impacto esperado e sabia-se que a mão segura de um grande mestre estava projetando os estudos históricos judaicos em uma nova direção que poderia levar a bons resultados, permitindo a futuros historiadores ter a sua frente um excelente modelo de "escolaridade". *A História social e religiosa dos judeus* é uma obra de síntese que abrange todos os períodos da história judaica mas que, ao contrário de muitas obras do mesmo gênero, não peca pela superficialidade no tratamento das questões e nem tão pouco desprezou o rigor científico em função de uma pretensa vulgarização. O professor Baron não se permitiu a concessões desse tipo e manteve-se com o elan do investigador em todos os volumes de sua extensa e rica obra.

Baron, como o próprio título de seu *opus maius* indica, vê na religião um conjunto de forças atuantes em toda a história judaica e mais ainda como sendo uma *religião histórica* em contraste com as religiões naturais. A interrelação entre a história social e a religiosa do povo judeu encontra seu paralelo, em outros termos, na interrelação entre história nacional e universal em toda a extensão da obra de Salo Baron.

Estas linhas mestras norteiam o trabalho científico de nosso autor nos ensaios apresentados na coletânea selecionada pelo Departamento de Publicações do Centro Brasileiro de Estudos Judaicos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A primeira parte da coletânea, que abre com um estudo sobre as "Dimensões mundiais da História Judaica", é seguida pelos ensaios "Ênfases na História Judaica" e "Novas ênfases na História Judaica", que constituem, no seu conjunto, um resumo das posições historiográficas correntes na história judaica e ao mesmo tempo servem para iluminar a própria concepção de história do autor.

A segunda parte reúne um conjunto de estudos que abarcam um período amplo, ou seja, do início da idade moderna aos nossos dias. Destaca-se aqui a multiplicidade dos temas abordados, que vai desde Calvino e os judeus, até às questões ligadas ao período da Emancipação; do nacionalismo e suas correntes até o surgimento de Israel, detendo-se em estudos especiais sobre o judaísmo no período que antecede a ascensão do nazismo e durante o seu domínio. A inteligência na análise e a familiaridade com as questões abordadas na História e Historiografia, fazem dos ensaios apresentados na coletânea uma leitura agradável e ao mesmo tempo estimulante para o conhecimento de certos capítulos da história judaica moderna e contemporânea.

NACHMAN FALBEL

\* \*

\*

DUSSEL (Henrique D.). — *Historia de la Iglesia en América Latina*. Editorial Nova Terra. Barcelona. 1972.

Enrique Dussel, professor de ética em Mendoza (Argentina), de filosofia e de história em Quito e em Cuernavaca (México), traz a público em 1972 a segunda edição de uma obra cuja primeira edição em 1964 havia constituído uma espécie de esboço da que agora se publica. Não se trata, mesmo nesta sua versão definitiva, de uma história acabada da Igreja latino-americana. O autor a apresenta, no prefácio da primeira edição, como um ensaio, como a apresentação de certas hipóteses para uma compreensão da história da Igreja em nosso continente. Hipóteses cuja discussão o autor considera fundamental para quem queira levar avante o projeto.

A primeira observação que se impõe a um leitor brasileiro é a de que se trata, mais precisamente, de uma história da Igreja hispano-americana. É aliás assim que se refere o autor ao seu objeto em certas passagens (por exemplo, p. 17). O contexto brasileiro é totalmente ignorado na primeira parte da obra, referente ao período colonial, e só escassamente mencionado no capítulo II, correspondente ao período que vai de 1808 a 1961, segundo a periodização proposta pelo autor. Menções escassas que são no entanto suficientes para manifestar um profundo desconhecimento da história brasileira, como se vê por exemplo na afirmação da p. 117, de que o positivismo "imperou no Brasil desde 1870" e constitui aqui o "fator ideológico de transformação". O autor está neste momento coordenando uma nova história da Igreja na América Latina, obra mais vasta e acurada, a ser publicada em vários volumes, no âmbito da qual foi confiada a uma equipe de historiadores brasileiros o levantamento da parte referente ao Brasil. É de se esperar que esta nova versão do projeto do autor venha a cobrir estas limitações.

A grande importância da obra de Dussel consiste sobretudo na metodologia por ele proposta na sua *Introdução hermenêutica* (pp. 17-51). Para ele, a única compreensão possível da realidade é a compreensão histórica. Uma história da Igreja na América Latina seria uma tentativa de compreensão do ser cristão latino-americano, isto é, da história da Salvação em seu momento latino-americano. Isto só é possível através de uma história que seja também teologia, em razão da natureza da Igreja. História da Igreja e teologia se confundem: a história da Igreja é um momento indivisível da única teologia que é capaz de compreender realmente o ser cristão. Uma história da Igreja na América Latina, dada a situação de opressão que reina no continente, será necessariamente uma teologia da libertação:

"a única teologia que é dogmática-histórica é igualmente prática, quer dizer: deve estudar não só a estrutura teológica da opressão, mas também o caminho pastoral da salvação, da libertação" (p. 28).

O autor se filia, através desta tomada de posição, ao grupo dos chamados "teólogos da libertação", constituído na América Latina após o II Concílio do Vaticano, em torno de Luis Segundo, Segundo Galilea, Ivan Illich, Gutierrez. Dentro deste grupo, representa nitidamente uma posição historicista: somente a partir de uma compreensão histórica da Igreja é possível chegar a um conhecimento da própria salvação e da missão que a Igreja é chamada a desempenhar na história da Salvação.

Dussel entende que esta missão é sobretudo uma missão profética no contexto latino-americano. Trata-se, para os cristãos, de comunicar ao povo a Palavra de Deus que julga os homens e as instituições, e revela ao povo a sua própria opressão. Somente a Palavra pode revelar ao povo esta opressão no que ela tem de mais íntimo, que é a sua natureza de *pecado*. Esta palavra



suscita no povo uma *praxis* libertadora, de que a própria Igreja só será sujeito na medida em que o povo também o for.

Dussel propõe nesta perspectiva uma periodização da história da Igreja na América Latina em três etapas fundamentais: a primeira, de 1492 a 1808, corresponderia ao estabelecimento da Cristandade colonial, paralelamente ao processo de colonização ibérica; a segunda, de 1808 a 1961, corresponderia a um lento processo de desintegração desta Cristandade, por efeito da aclimação do liberalismo e das transformações decorrentes da chamada Revolução Industrial; a terceira, que o autor considera em curso, desencadeada pelo II Concílio do Vaticano, corresponderia ao dealbar de uma nova era, de uma nova Igreja que toma consciência de sua vocação e de sua missão profética. Pode-se talvez discutir a validade dessa periodização, sobretudo o caráter um tanto otimista de sua visão da Igreja em seu estado atual.

SÉRGIO LOBO DE MOURA

\* \*  
\*

ROSSI (G. Cario) . — *A Literatura italiana e as Literaturas de Língua Portuguesa*. Coleção Universitas. Porto. Título original: *La Letteratura Italiana e le Letterature di Lingua Portoghese*. Tradução portuguesa de Giuseppe Mea. 1973. 276 páginas.

Quer parecer-nos que, em boa hora, surge esta obra original do Doutor Giuseppe Carlo Rossi, Professor de Literatura Portuguesa da Universidade de Roma, a um tempo difícil e, paradoxalmente, fácil de apreciar.

Graças à competência e vasta erudição do ilustre autor, deparamo-nos com um trabalho de amplos méritos, que em seu prefácio, apresenta-se, simplesmente, como "uma novidade pela matéria tratada". Mais do que isto, temos de ressaltar a sua importância pelo fato de ser, além de mera novidade, um "trabalho de conjunto acerca das relações entre a literatura italiana e as duas literaturas de língua portuguesa, a de Portugal e a do Brasil", portanto uma contribuição sem precedentes neste campo de pesquisa.

É evidente que não se trata de tarefa de fácil desempenho e cresce de dificuldade uma vez que, sem a pretensão de estabelecer qualquer comparação de valores entre a literatura italiana e as de língua portuguesa, tem por objetivo "fixar um ponto de partida para uma exposição de fatos e um encaminhamento para a sua avaliação". Em função destes propósitos, a obra, nordeada por rigoroso plano, está dividida em duas grandes partes, cada uma delas dividida em oito e quatro capítulos respectivamente. A primeira parte trata da literatura italiana e a literatura portuguesa, a saber: primeiros contatos entre os dois povos; primórdios do Humanismo; nos alvares do século XVI; o italianismo em Portugal no século XVI; na idade barroca; o século XVIII; do romantismo

ao realismo; o século XX. A segunda parte, dedicada à literatura italiana e a literatura brasileira, compreende os seguintes títulos; primeiros sinais da presença italiana no delinear-se de uma literatura no Brasil; o século XVIII; o século XIX; o século XX.

Uma bibliografia rica, notas cuidadosamente redigidas ao final de cada capítulo, dois índices dedicados, cada um deles, a uma das partes de que se compõe este trabalho e uma corrigenda encerram a contribuição do Professor Rossi, que oferece elementos de indiscutível interesse, pelo que a recomendamos a todo o estudioso de literatura italiana, portuguesa e brasileira, como ainda ao interessado nas relações entre os povos, no espaço e no tempo.

*EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO*

\*                    \*  
\*  
\*  
\*

HOORNAERT (Eduardo). — *Formação do catolicismo brasileiro — 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. Petrópolis. Vozes. 1974. 140 pp.

A Editora Vozes acaba de publicar um livro do Prof. Hoornaert, de Recife. O Autor, de início, destaca duas tradições na historiografia brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu: "História dos grandes, dos poderosos, das instituições que dominam o povo brasileiro" e "história dos esforços dos brasileiros comuns, do povo mesmo". Considerando o catolicismo a história da fé e das crenças vividas pelo povo, opta o autor por Capistrano de Abreu. Menciona em seguida as barreiras existentes para a pesquisa da vida dos pobres no Brasil: o simples descuido em registrar fatos ocorridos com os pobres, destruição de documentos considerados humilhantes e o fato de a história dos colonizados ser freqüentemente constituída e interpretada pelos colonizadores. Contudo, existe a história dos pobres. Ela existe na sabedoria popular, nas tradições que se transmitem de geração a geração, no simbolismo religioso, pois a religião diz respeito a experiências humanas concretas, constituindo assim, uma história simbólica de grande valor.

O catolicismo brasileiro, de caráter obrigatório, teve nos primeiros séculos de nossa formação histórica uma importância fundamental. Embora indiretamente, a inquisição portuguesa influenciou a evolução do catolicismo brasileiro, funcionando como um verdadeiro terceiro poder, ao lado do poder espiritual do papa, bispos, sacerdotes e do poder temporal do rei, funcionários e militares. O catolicismo estava arraigado na vida pública. Daí as "numerosas confrarias, irmandades, ordens terceiras, e especialmente as confrarias denominadas 'Santa Casa de Misericórdia' que se difundiram por quase todas as cidades coloniais, desde os primórdios da colonização". A repressão motivou um formalismo típico do catolicismo brasileiro. Sob invocações e imagens católicas os africanos continuaram a adorar seus orixás.

O Iluminismo trouxe alguma mudança nos meios intelectuais dos quais emanava o Marquês de Pombal, e esta mudança repercutiu no Brasil. Começou-se a perceber que certas formas de catolicismo podiam ser patológicas: Antônio Nunes Ribeiro Sanches, D. Luís da Cunha, Antero de Quental e outros.

Sob o título "Catolicismo e Sincretismo" o Autor passa a analisar a assimilação pelo catolicismo brasileiro de traços culturais oriundos de outras crenças. Define sincretismo como "a coexistência de elementos — entre si estranhos — dentro de uma religião". Este é uma exigência da missão religiosa que tem dois momentos: 1). — apologético ou afirmação da fé cristã sobre as demais; 2). — sincrético ou mergulho no paganismo para impregná-lo pela fé. "Não se pode, de maneira alguma, aceitar a posição dos que dizem que existe, de um lado, o Cristianismo puro e autêntico e, de outro lado, o paganismo oposto e irreconciliável. A realidade é bem mais complexa: existem diversas situações humanas, diversas culturas. A autenticidade do Cristianismo se situa no nível destas situações e vivências, não no nível dos símbolos". O estudo deste sincretismo já foi feito por vários estudiosos, como muito bem ilustra o Autor.

Depois desta Introdução em que nos indica sua postura metodológica, passa o professor Hoornaert a tratar especificamente dos três "sincretismos católicos ou três realizações concretas do Cristianismo dentro da cultura brasileira": o catolicismo guerreiro, o patriarcal e o popular; os dois primeiros pertencentes ao mundo dos portugueses, o último ao mundo dos índios, africanos e seus descendentes.

Chamamos a atenção para esta introdução, onde o Autor delinea o seu trabalho, comprovando o sincretismo do catolicismo brasileiro.

Tratando em seguida do catolicismo guerreiro, o Autor focaliza o messianismo guerreiro dos portugueses colonizadores, da idéia de "guerra santa" e das expressões desses no Brasil português e de seus efeitos sobre a realidade brasileira. Aborda a contestação do catolicismo guerreiro em nome do Evangelho, onde cita Suarez: "Os estados pagãos são tão justos como os estados cristãos" e Las Casas: "Nenhum estado, nenhum rei ou imperador pode alienar um território ou mudar seu regime político sem o consentimento expresso de seus habitantes". Discorre depois com outros contestadores desde os primórdios até a atualidade.

O catolicismo patriarcal é tratado em seguida como uma "criação do governo metropolitano, uma resposta ao angustiante problema da posse das terras americanas roubadas aos índios". É a sacralização da nova sociedade implantada no Brasil pelos portugueses, uma forma de sacralização da ordem estabelecida, inserindo-se na longa lista de "religiões de estado" cuja função é sacralizar e assim perpetuar o poder dos Estados. Aponta o Autor as circunstâncias que possibilitaram a formação deste catolicismo patriarcal, caracterizado como

"um sincretismo entre a religião católica ibérica e o ambiente escravocrata no Brasil". Assinala também a razão da persistência de numerosos elementos do catolicismo patriarcal, mesmo após o desmoronamento do sistema rural e patriarcal no Brasil. Com a mesma seriedade estuda em seguida o catolicismo mineiro.

No último capítulo explica porque usa a expressão "catolicismo popular" ao caracterizar o catolicismo dos índios e dos africanos e o de seus descendentes, observando ser este catolicismo popular a "cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de sua história". "O catolicismo popular não é senão a dominação interiorizada, ela provoca na alma do pobre a adesão passiva e submissa ao sistema". Daí os termos bem conhecidos da religião popular: conformidade, paciência, fatalismo; mas não é só esta interiorização da opressão. Distingue o Autor entre providencialismo e progressismo como duas posições no catolicismo brasileiro, estudando em seguida os aldeamentos e os quilombos.

Conclui com o "verdadeiro e falso sincretismo" onde aborda o colégio católico, que "desde o início, por causa de seus compromissos, deixou de ser sinal de libertação no meio da sociedade escravocrata, e assim ficou durante a ulterior evolução".

Livro de leitura agradável, bem documentado, situa-se na lista de pesquisas sobre a religião na sociedade nacional. Indispensável leitura aos estudiosos de história, política, antropologia e sociologia. Surgiu em boa hora esta valiosa obra do Prof. Eduardo Hoornaert.

*JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE*

\* \*  
\*

SOARES (Teixeira). — *História da formação das fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro. 1973. 361 pp.

Sempre me pareceu difícil entender o desprezo de certos assuntos por parte dos estudiosos de nossa história. Assuntos cuja importância e interesse todos reconhecem ao serem simplesmente mencionados, mas sobre os quais não se tem um livro a indicar. A bibliografia escassa obriga frequentemente à pesquisa em revistas e jornais, o que nem sempre é fácil para quem não reside nos grandes centros.

O problema ocorreu-me quando, há pouco, comentava com um colega o questionário que elaborei para o exame vestibular de importante escola superior de São Paulo e no qual havia uma indagação acerca do Tratado de Madrid e do princípio jurídico nele definido e defendido. Com efeito, o histórico de nossas fronteiras está entre os temas pouco estudados e de escassa bibliogra-

fia. A não ser os exaustivos trabalhos de documentação levados a efeito por Joaquim Caetano e Rio Branco e, mais recentemente, por Jaime Cortesão, pouco teremos a arrolar: os modestos livros de Rangel Moreira, João Ribeiro e Raja Gabaglia, já bastante antigos e inencontráveis, e o livro mais recente de Hélio Viana, de edição restrita, pois resultou de curso ministrado pelo saudoso historiador numa das instituições de ensino universitário do Rio de Janeiro. Todos eles parecem ao leitor de hoje tão pouco significativos, que um recente trabalho sobre o assunto, que acaba de ser publicado pela Biblioteca do Exército, simplesmente os ignora, incluindo apenas um deles na sua bibliografia, aliás bastante modesta para quem teve ou tem acesso fácil ao Itamarati.

O livro em apreço é de autoria do Sr. Teixeira Soares, autor já bastante conhecido e a quem a historiografia brasileira deve diversos trabalhos sobre as relações do Brasil com o Prata no período imperial, além de um estudo sobre Pombal e de outro sobre Mauá. Deste último (*O Gigante e o Rio*) já me ocupei demoradamente, quando de seu aparecimento, no suplemento literário de *O Estado de São Paulo*, no qual então colaborava.

Quase vinte anos, ao que parece, ficou o Sr. Teixeira Soares ausente do movimento editorial brasileiro, reaparecendo agora com uma *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, editada, como já indiquei, pela benemérita Biblioteca do Exército. Ao apresenta-lo, o diretor da Biblioteca lembra que a obra abrange quatro séculos de nossa evolução histórica, e que nos são revelados através de excelente narrativa, descendo, muitas vezes, mas inevitavelmente, a minúcias sobre fatos passados nos bastidores diplomáticos, mas de qualquer forma *demonstrando segurança, domínio e profundo conhecimento do assunto*, que foi cuidadosamente pesquisado.

Preocupa-se o autor com um apelo à preservação e segurança das nossas fronteiras *através de sua efetiva ocupação pelo povoamento e vigilância militar, consolidando assim os anseios de nossos bravos e heróicos antepassados, reais sustentáculos da Pátria, que, ao desbravarem o inexplorado (...), adquiriram por direito o domínio dessa imensidão de terra, confirmado em célebres lutas diplomáticas.*

Eis o ponto nevrálgico do problema *fronteira* na história do Brasil: a efetiva ocupação pelo povoamento. É isso que torna o Brasil praticamente um país sem fronteiras, ou, explicando melhor, um país em cuja história as fronteiras, aparentemente, têm tão pouco significado. Ao contrário de outros países cuja história praticamente se desenvolve em torno das fronteiras, não há na história brasileira aquele *espírito de fronteira*, tão característico de outras nações. Muito diferentemente no caso do Brasil, é precisamente nas áreas de fronteira (exceção feita apenas à faixa sul-riograndense) que ocorrem as menores densidades de população, onde, a bem dizer, nem existem cidades, sendo elas balizadas apenas pelos postos de ocupação militar.

Pais voltado para o mar, pelo menos até o século XVIII, não teve necessidade de preocupar-se com as suas raias pelo lado do interior. Delas também não cuidou a Espanha que, tendo encontrado na vertente andina do Pacífico os elementos favoráveis ao estabelecimento da colonização, não cogitou, a não ser rara e esporadicamente, de penetrar pelo interior, além da barreira dos Andes. Poucas e difíceis eram as relações entre o Atlântico e o Pacífico, e não se deve esquecer que Buenos Aires foi a única porta que os espanhóis abriram no Atlântico sul.

Mas, com a grande expansão do século XVIII, a situação veio a modificar-se substancialmente. Eis porque é só de então que datam os nossos problemas de fronteira. O que foi a obra de demarcação das lindes brasileiras, através do extraordinário e nunca assaz louvado trabalho das comissões mixtas (portuguesa e espanhola) é história verdadeiramente épica, diria quase cinematográfica. Fosse nos Estados Unidos e certamente já teriam os americanos feito centenas de filmes sobre o assunto. Os grandes volumes que Jaime Cortesão coligiu e o Itamaratí editou, sobre o Tratado de Madrid, encerram documentos preciosos à espera de quem, continuando a obra do grande historiador português, se interesse pela nossa geografia histórica.

O livro do Sr. Teixeira Soares, que motivou esta nota, aguça a vontade de conhecer melhor o assunto. Decorrente da ampliação de uma conferência proferida em algumas unidades militares, resultou, de fato, um livro útil, de leitura agradável, e no qual os fatos relativos às nossas fronteiras vêm estudados de modo a poder interessar também ao leitor não especializado em temas de História. Apenas, lembraria que a consulta aos arquivos do Itamaratí, ou mesmo da documentação já divulgada, poderia propiciar ao autor, se ele o desejasse, elementos para ter escrito a obra definitiva que o assunto exige e os estudiosos esperam.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

\*

ALMANACH PARA A CIDADE DA BAHIA, ANNO 1812 (Bahia. Na Typ. de Manoel Antônio da Silveira Serva. Com as devidas licenças necessárias). Conselho Estadual de Cultura. Secretaria de Educação e Cultura da Bahia. 1973. Edição facsimilar. 264 páginas. Impressão pela Empresa Gráfica da Bahia.

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia publicou o *Almanack para a Cidade da Bahia, anno 1812* em edição facsimilar, com uma introdução de Renato Berbert de Castro.

Os almanaques são uma fonte primária de grande valor histórico, pelas informações valiosas que só eles possuem, como o calendário, dias de grande cortejo, os de audiência, a lista de reis e vice-reis, o corpo eclesiástico, militar, os tribunais, o Senado da Câmara, as várias repartições, o corpo do comércio,

os médicos, os professores, os negociantes, o comércio, as importações e exportações. Este Almanaque da Bahia de 1812 é extremamente raro e tudo faz crer a existência de um único exemplar na Academia de Ciências de Lisboa, do qual foi esta edição reproduzida.

Os almanaques eram publicados todos os anos, mas é rara a sobrevivência de exemplares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já reproduziu em sua *Revista*, sem o luxo desta edição, os Almanques de 1790, 1870, 1811, 1817, 1825, 1827. O Almanaque Laemmert, a série mais regular e antiga no Brasil, circulou entre 1844-1930, e a Biblioteca Nacional possui uma coleção completa, como possui a do Garnier, outra coleção preciosa, e a de Gotha, que é uma suma da família dos almanaques. O Laemmert está hoje tão valorizado que este ano um antiquado pediu pelo de 1863 a quantia de 800 cruzeiros.

Dirigindo-se aos seus leitores, este *Almanack da Bahia de 1812* diz que "todos reconhecem que semelhantes manuais são de grande socorro para os negócios da vida". Úteis para a vida, e úteis para a história, benditos almanaques.

Este registra o Conde de Arcos como Vice-Rei em 1810, quando não mais havia Vice-Reis, e eles desde 1763 tinham sede no Rio de Janeiro. No corpo militar, Felisberto Caldeira Brant, o futuro marquês de Barbacena, aparece como brigadeiro, inspetor geral das tropas da capitania, e José Egídio Gordilho (Barbuda) é ainda capitão, como Felisberto Gomes Caldeira, ambos figuras destacadas da Independência, sendo que o primeiro muito ligado a D. Pedro I virá a ser 2º Visconde de Camamú. Enumera as forças de primeira linha e as milícias, onde já aparece na vila da Torre o coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde Barão da Torre de Garcia d'Avila, um dos grandes latifundiários baianos, irmão do futuro Visconde de Pirajá. Na Relação da Bahia é seu chanceler Antônio Luís Pereira da Cunha, futuro constituinte de 1823, ministro de estado, senador por Pernambuco, marquês de Inhambupe. Na secretaria do governo estava como secretário Francisco Elesbão Pires de Carvalho de Albuquerque, futuro membro da 2a. Junta da Bahia, em 1822, e da revolucionária de Cachoieira, latifundiário como seus irmãos, e futuro Barão de Jaguaribe.

Havia várias firmas de grande capital (declarado), e 165 negociantes, na sua maioria portugueses que depois tão formalmente se oporão à independência; havia 7 médicos, 43 cirurgiões aprovados, 18 professores de matemática, de anatomia, de cirurgia, de filosofia, de retórica, de gramática latina, de grego. Dentre estes distinguem-se José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú, Francisco Carneiro de Campos, constituinte de 1823, um dos autores da Constituição de 1824, ministro e senador, e Luís dos Santos Vilhena, o grande autor do mais importante livro sobre o século dezoito no Brasil, *As Notícias*

*Soteropohtanas e Brasílicas*, escritas em 1802. Havia somente 9 professores de primeiras letras. Como se vê, foi sempre acentuada a desproporção entre os dois graus.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

\*

\*

\*

RODRIGUES (José Honório). — *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Editora Vozes. 1974. 325 pp.

Essa obra foi publicada sob os auspícios da Câmara dos Deputados, em comemoração ao sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo no Brasil (1823-1973).

A origem dela foi uma conferência na Academia Brasileira de Letras, que cresceu a ponto de ser um capítulo de um livro e tornou-se um livro separado e independente.

O estudo de José Honório abrange a Constituinte em seus sete meses de vida e em todos os seus aspectos, indo da organização à dissolução, em todos os níveis de problemas tratados, como a elaboração da Constituição, os problemas econômico-financeiros e sociais.

As fontes utilizadas são as originais: o *Diário da Assembléia Constituinte* e os *Anais da Assembléia Constituinte*, complementadas com uma bibliografia escolhida.

A contribuição dessa obra ultrapassa o nível do conhecimento factual do início das atividades parlamentares. Nela encontramos uma análise rigorosa do período inicial da história do Brasil, com a origem das concepções políticas que marcam a história do pensar político brasileiro, com uma grande persistência.

O início da vida parlamentar brasileira deu-se sob o domínio de contradições: o fazer a revolução brasileira contradizendo a manutenção de uma forma de governo; a criação de um aparato estatal que negasse o anteriormente existente contra a adaptação de formas já existentes de administração e justiça; a negação do pacto colonial com a revolta contra Portugal e a aceitação do pacto colonial com a Inglaterra. A impossibilidade de solucionar essas contradições explica o aspecto tumultuado da Constituinte e a transferência do campo legislativo para o campo do executivo.

Nessa obra encontramos um quadro bastante aproximado do nível intelectual de formação que existia no Brasil naquele momento, as idéias políticas dominantes e os líderes políticos como Antônio Carlos e Carneiro de Campos. Isso contribui para explicar o nível elevado das discussões no plenário da Câmara e a própria Constituição, que foi a mais longa que tivemos.

Alguns aspectos pouco tratados aparecem com nova luz: o fato dos radicais exaltados não terem participado da Assembléia; as concepções de poder no Estado, e, as concepções sobre o povo brasileiro que as elites dirigentes tinham



no momento e que persistiram por mais de século. Pela primeira vez o problema econômico-financeiro do primeiro reinado foi relacionado com a dissolução da Constituinte e com o aumento da tensão entre Assembléia e Imperador.

Aparecem também temas que terão longa vida nas discussões das concepções políticas brasileiras: federalismo e união; conceito de cidadania envolvendo brasileiros livres, não-livres e estrangeiros que optaram por viver no Brasil, predomínio do poder legislativo sobre o executivo que logo se transforma no contrário e que tem persistido por muito tempo na história política brasileira.

No todo essa obra merece uma leitura atenta e cuidadosa, pois muito contribui para o esclarecimento do período do primeiro reinado e para a compreensão das concepções ideológicas, que denominaríamos de conservadora e liberal, que sob várias camuflagens continuam existindo em nossa história. Talvez um pequeno reparo a ser feito: o tom de empolgação da obra, o que se torna sua leitura muito vibrante, redundando em outro lado na adesão aos conceitos dos constituintes, o que absolutamente não desmerece a obra.

RAQUEL GLEZER

\* \*  
\*

TORGAL (Luis Manuel Reis). — *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Ação de José da Gama e Castro*. Universidade de Coimbra. 1973.

Uma obra-prima da historiografia das idéias é como se deve classificar o livro de Luís Manuel Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Ação de José da Gama e Castro*. O estudo da contra-revolução tem sido escrito sem perspectiva histórica, e para torna-lo mais concreto o Autor se concentrou na figura de José da Gama e Castro (Coimbra 1795 — Paris 1873), um dos teóricos portugueses mais importantes do tradicionalismo e da contra-revolução.

O Autor se apercebe muito bem que o estudo da contra-revolução é uma armadilha que ou leva à crítica política da ideologia contra-revolucionária, ou ao louvor das idéias que defendem a ordem em oposição ao pensamento utópico. Convencido de que a história deve ser uma interpretação estrutural e dinâmica do homem e da sociedade numa dada época, Torgal se concentra sobre a personalidade, as idéias, a ação de José da Gama e Castro. Contrário ao liberalismo triunfante de 1820, sujeito às variações políticas de Portugal até 1834, vitorioso com o miguelismo, perdido com D. Pedro IV (I do Brasil), perseguido, emigra neste último ano para a Itália, depois para a Suíça e finalmente, em 1838, chega ao Brasil, onde em quatro anos exerceu uma grande atividade como escritor e jornalista.

No Rio de Janeiro, escreveu *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monárquicos* (1841), a *Memoria sobre a Nobreza no Brasil* (1841), o *Novo Carapuzeiro ou tipos da nossa época* (1841-1842), e traduziu *O Federalista de Hamilton, Madison e Jay* (1840, 3 tomos). Colaborou n' *O Despertador* (Rio de Janeiro, ns. 1-27, 1838), dirigido pelo português J. M. da Rocha Cabral, n' *O Exorcista* (semanário, 1841), e no *Jornal do Comercio*.

*O Novo Príncipe* é uma obra de sistematização absolutista e tradicionalista. Nele, inspirado em Maquiavel, o Autor procura destruir a "cabala" liberal, e apresentar um esquema de organização do país em moldes tradicionalistas. Seu sub-título recorda *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, que ele considerava o responsável pelo sentido revolucionário que destruiu as monarquias absolutas. Nele estão as linhas fundamentais da teoria política de Gama e Castro. Não é uma defesa do miguelismo, mas do pensamento político contra-revolucionário e tradicionalista português.

No estudo de sua teoria política, o Autor mostra que se apegando demasiado ao *statu quo*, Gama e Castro perde a objetividade, não lhe permitindo uma apreciação justa do liberalismo. Para ele, o liberalismo significava o corte da legitimidade da evolução histórica, pela introdução de idéias construídas teoricamente e no espaço. Seus inspiradores, afora Maquiavel, são Edmund Burke, o Abade Barruel, Visconde de Bonald, e Joseph de Maistre.

Os capítulos segundo, terceiro e quinto examinam a visão de Gama e Castro do processo histórico, os governos e a felicidade dos povos, a estrutura e a concepção do Estado.

O capítulo quarto constitui o cerne do livro, pois nele se examina a tradição, a revolução e a contra-revolução, mostrando a defesa que Gama e Castro faz com todo rigor do absolutismo, que distinguiu do despotismo e da tirania, e combateu a liberdade, que é o primeiro conceito do evangelho revolucionário. Para ele, sociedade e liberdade são idéias contraditórias; quando está constituída a primeira, está excluída a segunda. A contra-revolução tem por bases esses princípios e o da hierarquia. Para o Autor, ninguém sintetiza de forma tão completa, tão sistematizada, tão característica, o pensamento tradicionalista e contra-revolucionário. Sua oposição ao liberalismo, sua crença mais na fé que na razão, revela que ele procurou construir uma ideologia que fortalecesse o *statu quo*. Mostrar que os liberais estavam virados para o futuro e os tradicionalistas para o passado, que estes defendem a conservação dos seus privilégios, é um grande serviço deste livro singular e exemplar.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

\*            \*  
                  \*

POPPINO (Rollie E.). — *Brazil: The Land and People*. Second Edition (Latin American Histories). Illustrations by Caribe and Poty. New York: Oxford University Press, 1973. 385 págs.

A primeira edição deste livro data de 1968. Mas o interesse do Professor Poppino, da Universidade da Califórnia, Davis, pela América Latina e o Brasil, em especial, é muito anterior. Viajou muito pelo país e escreveu numerosos artigos sobre a História brasileira. Essa sua curiosidade por nossa terra faz parte de um interesse mais amplo dos estudiosos norte-americanos pela vida latino-americana, grupo esse denominado de "Brazilianistas".

Com a expansão demográfica e econômica mais recente no país, verificada após a 1a. edição do livro, sentiu o autor a necessidade de lançar esta segunda edição com dados mais atualizados, quer de cunho quantitativo, quer de natureza bibliográfica. Em si, o livro mantém as linhas gerais, com acréscimos apenas nos capítulos finais (A Revolução Industrial e A Nova Sociedade).

A obra representa um apanhado geral, informativo e bastante variado, sobre o Brasil, destinado sem dúvida, muito mais ao público norte-americano. É muito bem organizada a disposição do conteúdo, iniciando-se pela abordagem do ambiente geográfico, global e regionalmente. Tal caracterização é acompanhada de mapas que elucidam nossos recursos humanos e econômicos. Em seguida, o Professor Poppino traça a História do Brasil em suas várias fases: a colonização portuguesa, o deslocamento demográfico para o interior em função das atividades mineradora e criatória, a ascensão do Sul com a lavoura cafeeira e o efêmero ciclo da borracha amazônica. No livro, é nítida a ênfase do autor nos contornos econômicos do país, mas um capítulo ou outro se enveredam para a feição sócio-política da nação brasileira. Isto ocorre quando cuida da abolição do trabalho servil e a imigração, sem esquecer os resultados econômicos da mesma, bem como quando retrata a nova sociedade que se forma no país em decorrência do processo de industrialização.

O livro é ilustrado com cenas típicas de algumas de nossas atividades econômicas, com mapas bastante atualizados e com quadros estatísticos sobre o desenvolvimento industrial brasileiro. Completa-o um índice remissivo dos principais assuntos e personagens mencionados.

O que podemos considerar da obra deste professor norte-americano é que se trata muito mais de uma compilação ensaística de uma série de dados, do que um estudo realmente profundo a respeito de nosso país. O seu valor reside na acuidade com que são dadas as informações, com uma precisão que atinge até a cronologia posta ao final e atualizada até 1970, e a bibliografia seletiva, notadamente com a enumeração dos mais recentes trabalhos em inglês, sobre o Brasil. A par disso, recomenda-se o livro ainda porque contém interessantes observações capazes de fornecer aos interessados uma base sobre a perspectiva com que os estudiosos norte-americanos focalizam a nossa História .

*ROSA MARIA GODOY SILVEIRA*

\*

\*

\*

WILLEMS (Emílio). — *Followers of the new faith. Culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile.* (Nashville) Vanderbilt University Press. 1967. 290 p.

Essa obra do conhecido sociólogo Emílio Willems procura estudar o aparecimento e o desenvolvimento do protestantismo em dois países latino-americanos de contextos culturais diferentes: Brasil e Chile.

A orientação metodológica escolhida foi a estrutural-funcionalista e a ênfase da pesquisa foi colocada na "ação" do protestantismo nas sociedades dos países estudados e quais as condições existentes que permitiram seu desenvolvimento. O protestantismo é estudado como um desvio das normas religiosas e tradicionais e não como um capítulo de uma história do protestantismo.

Para a realização do trabalho o autor utilizou-se de material já publicado como os censos de população, publicações protestantes ou sobre protestantismo, completado por observação cuidadosa do modo de agir de protestantes de diferentes congregações e informações obtidas de elementos integrados às congregações .

A pesquisa foi realizada nos anos 1959-1960, e, seu ponto inicial foi a idéia de analisar o protestantismo nos dois países como instrumento de mudança cultural.

A obra toda centraliza-se em torno de três grandes hipóteses, estudadas em todas suas relações.

A primeira hipótese orientadora escolhida coloca que o protestantismo, ao contrário da formulação tradicional que o projeta sempre como alienado na sociedade tradicional, tem suas origem nas peculiaridades estruturais dela, isto é, pode se desenvolver porque está ligado a essa sociedade, o que é visto na parte II, denominada Compatibilidades e Incompatibilidades.

A segunda hipótese, estudada na parte III, Mudança cultural e o desenvolvimento do protestantismo, explica o motivo de em áreas de grande mudança na estrutura tradicional da sociedade aparecerem grandes concentrações de protestantes, que são mais resultado do que causa das transformações.

A terceira hipótese estuda o processo interno dinâmico do protestantismo como uma tentativa de encontrar um tipo de protestantismo mais congênito com as necessidades, desejos e aspirações das sociedades em que se insere, e está na parte IV, Adaptações e seleções: as igrejas nacionais e a emergência das seitas pentecostais.

Segundo Emílio Willems, a expansão do protestantismo possui alguns aspectos comuns nos dois países estudados e algumas diferenças.

Como aspectos comuns destaca: a religião entendida como experiência emocional; a alteração da estrutura tradicional permitindo dissensão religiosa; a concentração de grupos protestantes nas áreas urbanizadas e industrializadas; adesão à forma pentecostal do protestantismo (vista como subversão simbólica da ordem social tradicional). Em ambos os países a organização religiosa

fornece uma rede de relações sociais e um apoio intenso aos seus membros, o que lhes dá segurança em mundo em transformação, e os incentiva a dela participar, favorecendo sua ascensão econômica e social.

Como diferença fundamental entre difusão do protestantismo no Brasil e no Chile, mostra que no primeiro o protestantismo atingiu a uma proporção menor de sua população, com difusão em todas as camadas sociais, com igrejas tradicionais atingindo as camadas média e alta da população, ao passo que no segundo onde há proporcionalmente maior número de protestantes, a difusão foi feita nas camadas inferiores através do pentecostalismo. Lembra também que no Brasil a camada inferior possui uma grande mobilidade religiosa, pois é solicitada por outras organizações religiosas como a Igreja Católica Brasileira, a Umbanda e o Espiritismo.

O enfoque que Emílio Willems dá à difusão do protestantismo nos dois países estudados, cujas sociedades são consideradas em estado de anomia, traz uma grande contribuição para a compreensão dos complexos problemas que aparecem na transformação da sociedade tradicional.

RAQUEL CLEZER

\* \* \*

DELMARLE (Jean). — *Classes et lutte de classes. L'Avenir de l'homme, de la Société*. Les Éditions Ouvrières. Paris. 1973. 325 pp.

O autor pretende tratar da luta de classes numa perspectiva sociológica: ver a realidade das coisas, se há concordância entre a aparência e a essência, entre a realidade e a interpretação desta. Determinar as estruturas sociais, a organização social nas funções e disfunções. Analisar a luta de classes como realidade objetiva sem recorrer a juízos de valor outros senão os contidos nas realidades estudadas.

Como falar em luta de classes sem mostrar os antagonistas? Que critérios permitem falar em classes; quais os elementos constitutivos das classes? Existe luta de classes? Quais os diferentes domínios de conflito? Quem fala de luta de classes e quem não fala? O autor estuda então a estratificação social, mencionando ligeiramente as teorias do conflito e do equilíbrio. Como critérios de determinação do conceito de classe toma o autor os seguintes: 1). — Condições de vida: trabalho, quadro residencial, renda, educação e lazer; 2). — poder-econômico, administrativo, intelectual, militar e religioso; 3). — cultura; 4). — aspirações. Somente na correlação entre as conclusões tiradas de cada um destes critérios é que devemos confirmar a existência de classes sociais.

Depois desta introdução teórica, o Autor passa a estudar as classes sociais na França. Partindo dos critérios acima e da idéia de que as desigualdades que estão na origem das classes não são legitimadas pela sociedade, o Autor aplica seu estudo à sociedade francesa.

Na segunda parte entramos na análise sociológica propriamente dita. Sob o título "Os diferentes domínios de conflito", ideologias, liberalismo, tecnocracia, marxismo, socialismo são rapidamente estudados. Chama a atenção sobre o marxismo científico de Marx e o marxismo dogmático de Stalin. Passa depois a ver como falam de classes o mundo operário, os sindicatos, os agricultores, os intelectuais e as categorias dirigentes.

Finalmente sob o título "Pode-se falar de luta de classes?" distingue os conflitos de interesses e os conflitos de luta de classes. Aborda em seguida a violência, que tende a ser um dado habitual da vida social. Conclui seu trabalho ressaltando que: 1). — a luta de classes é a afirmação de que as relações entre os homens e as classes sociais não são relações iguais, mas hierarquizadas; 2). — a luta de classes é uma ideologia, podendo ter quatro acepções distintas, não necessariamente exclusivas: a). — a luta de classes pode ser apenas uma afirmação derivada de uma cultura sociológica; b). — ela pode ser uma interpretação sistematizada; c). — podendo ser uma interpretação sistematizada, pode não ser senão um sistema de interpretação; d). — ela pode significar uma ação, uma estratégia da cultura, de uma análise, de uma *a priori*. Afirma o Autor: "O conflito existe na vida das sociedades. Dominado, ele pode ser criador de democracia... A luta de classes é a crítica de uma organização social de inspiração aristocrática, ela não fornece de si mesma uma forma concreta de organização democrática". E continua: "O antagonismo ou o conflito se apresenta como um dado essencial da vida das sociedades. A lentidão sociológica, o peso das estruturas tendem a encerrar o homem numa visão da sociedade marcada por um passado antes de tudo aristocrático". "O condicionamento sociológico, o apego aos privilégios, uma certa vontade de poder parecem justificar certas formas duras de luta de classes. Não se trata de um *a priori* ou de uma justificativa ideológica, mas de uma consequência prática a tirar do jogo da luta de classes e da dificuldade em realizar a democracia pelas vias que seriam de diálogo e de não-violência".

Livro cuja leitura complementa os trabalhos de alguns sociólogos brasileiros, cuja leitura pode inspirar alguns políticos e tecnocratas, tanto de países desenvolvidos como da periferia. "Não há modelo único para análise da sociedade .... O modelo que rege as relações entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos parece bem próximo do modelo de luta de classes, mas não se pode dizer isso das relações homem-mulher, meio rural-meio urbano. Há uma dialética do poder que parece escapar aos indivíduos e às classes que exercem o poder. Neste sentido, um aspecto da luta de classes em nossos países (a defesa do poder pelas categorias dirigentes) pode ser, não somente uma atitude aristocrática de dirigentes atuais ligados ao seu poder, mas revelar uma atitude que é a tentação de todo grupo no poder. Diz-se que o poder corrompe. Não se é democrata a não ser quando se está no poder?"

Diante dos acontecimentos políticos na América Latina nesta última década, tais ponderações nos levam a pensar nas sociedades nacionais dentro da

perspectiva sociológica assinalada pelo Autor; e no âmbito mundial, sua caracterização da violência parece encontrar poder explicativo para alguns países onde somente este instrumento pode reivindicar na prática.

*JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE*

\*                    \*  
\*  
\*  
\*

FUEHRER DURCH DIE QUELLEN ZUR GESCHICHTE LATEINAMERIKAS IN DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND, Bremen, Veröffentlichungen aus dem Staatsarchiv der Freien Hansestadt Bremen, 1972, Band 38. (Guide des sources de l'histoire des Nations. Série A: América Latina, fascículo II/1). (Organização e introdução de Karl Schwebel).

Raros são os pesquisadores e historiadores entre nós que procuram suas informações em arquivos alemães. Mesmo os que tratam de assuntos diretamente ligados às relações Brasil-Alemanha ou aos alemães aqui radicados poucas vezes usaram arquivos alemães, haja vista a grande maioria de obras referentes à imigração alemã que, em geral, se apoiam apenas em fontes aqui existentes ou, no máximo, em bibliografia estrangeira. Assim sendo, o *Fuehrer duch die Quellen zur Geschichte Lateinamerikas in der Bundesrepublik Deutschland* (Guia através das fontes para a história da América Latina na República Federal Alemã), que faz um levantamento completo sobre os repositórios documentais referentes à América Latina existentes nos arquivos da Alemanha Ocidental, merece uma maior divulgação entre os estudiosos brasileiros e latino-americanos que nele poderão encontrar informações sobre fontes as mais diversas, abrangendo desde os primórdios dos contactos dos europeus com a América até os problemas decorrentes das relações políticas e econômicas do nosso século.

Esse "Guia" foi publicado em 1972 sob os auspícios da UNESCO e do *Conseil International des Archives* (CIA). O Conselho Internacional de Arquivos reunido em 1958 em Paris resolveu tornar acessíveis as fontes sobre outras partes do mundo guardadas em arquivos e bibliotecas européias. Com essa finalidade programou-se as *Guides des Sources de l'Histoire des Nations*. Em primeiro lugar o interesse devia voltar-se para a América Latina. Apesar das muitas dificuldades de ordem técnica e financeira, Karl H. Schwebel em colaboração com Renate Hauschild-Thiessen e Elfriede Bachmann conseguiram realizar o projeto e o *Guide* pôde ser publicado pelo arquivo de Bremen (*Staatsarchiv der Freien Hansestadt Bremen*). Ao que parece, apesar do projeto inicial do *Conseil International des Archives*, além do *guide* alemão, só apareceram um fascículo belga e um espanhol.

No *Guide* em pauta são arrolados todos os arquivos existentes na Alemanha Ocidental agrupados por estados: arquivos estaduais, municipais, epis-

copais, paroquiais, universitários, inclusive particulares — de famílias ou de firmas comerciais.

Num simples folhear do *Fuehrer* constata-se a abundância de material existente nos arquivos daquele país e que certamente poderá elucidar muito de nossa história. Escolhendo a esmo, apenas para dar uma idéia da multiplicidade de fontes, poderíamos citar os relatórios de jesuítas de 1559 e 1565 referentes ao Brasil, guardados no *Historisches Archiv* de Colonia e e *Werner -von-Siemens Institut fuer Geschichte des Houses Siemens* (Munique), que tem documentos referentes às operações da firma no Brasil desde 1896. O *Staatsarchiv* de Hamburgo, por sua vez, tem um repositório enorme sobre as relações dessa cidade hanseática com o Brasil, abrangendo assuntos os mais diversos: comércio e navegação para portos brasileiros desde 1818, cônsules brasileiros em Hamburgo em 1825, consulado de Hamburgo no Rio de Janeiro a partir de 1814, igreja evangélica no Brasil, consulado de Hamburgo em Santos de 1826 a 1896 etc.. Por essa simples amostragem o estudioso de nossa história poderá ver a grande gama de assuntos que poderá encontrar em arquivos alemães. Convem lembrar ainda que não é só nos grandes arquivos que há referências a documentos sobre a América Latina e o Brasil em especial.

Mais importantes, entretanto, do que os exemplos apontados acima, são, a nosso ver, os repositórios existentes sobre problemas de emigração. Pouco se sabe sobre os reais motivos que levaram os emigrantes a abandonar sua pátria, suas condições sócio-econômicas e culturais. É justamente aqui que que os arquivos alemães poderiam fornecer os dados necessários. Penso aqui no exemplo dado pelo trabalho recentemente publicado por um historiador suíço — Martin Nicoulin, *La Genèse de Nova Friburgo -- Emigration et Colonization au Brésil, 1817-1827* (Éditions Universitaires Fribourg, Suisse, 1973), em que o autor, usando os arquivos das áreas de origem dos emigrantes, conseguiu fazer um detalhado estudo descritivo e quantitativo sobre a situação familiar, econômica, social, política e cultural dos imigrantes que se intalaram em 1818 em Nova Friburgo, estudo esse, imprescindível para uma melhor compreensão dos problemas enfrentados por essa colonização pioneira. Um estudo desse tipo, minucioso como aquele citado acima, sobre os alemães que em meados do século passado se dirigiram para as colônias de parceria de São Paulo ou para os núcleos coloniais no Sul, seria extremamente elucidativo e interessante. Pelo que se depreende do *Guide*, há nos arquivos alemães material em abundância: origem dos imigrantes, seu aliciamento, seu transporte para cá e todos os problemas decorrentes. Apenas para se ter uma idéia, e sem esquecer que arquivos de cidades pequenas também oferecem fontes, convem citar o material arrolado no *Staatsarchiv* de Bremen onde, além de documentos referente as relações econômicas com o Brasil, há todo um repositório sobre emigração para o Brasil desde 1826. Pode-se destacar documentos sobre a vigilância policial e subvenção dos emigrantes para o Brasil (1826-1828); relatório de um imigrante datado de 1826, conversações dos governos de Hessen,



Wuertenberg e Badem sobre emigração para o Brasil (1826-1828), contrato com uma sociedade de São Paulo para a introdução de 15.000 imigrantes alemães (1872), inquiridos com imigrantes repatriados (1874-1876) etc.. No *Staatsarchiv* de Hamburgo, por exemplo, há, além de outros, documentos sobre o transporte de emigrantes para a colônia Hansa em Santa Catarina (1898-1934); emigração clandestina para o Brasil (1913-1915), etc..

Procuramos apenas apontar alguns repositórios de documentos que poderiam interessar de imediato os nossos estudiosos e que constam do *Guia através das fontes para a História da América Latina na República Federal Alemã*. De qualquer maneira, por ele se pode verificar o quão proveitoso para a história do Brasil poderia ser uma exploração sistemática dos arquivos alemães.

MARIA THERESA SCHORER PETRONE

\*                    \*

\*

NOGUEIRA (Ataliba). — *Antônio Conselheiro e Canudos*. Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, vol. 355. São Paulo. 1974.

O drama de Canudos, que no fim do século passado, se derramou pelas colunas dos jornais, que foi comentado, discutido, defendido e atacado, decorrido aproximadamente 80 anos, é ainda assunto palpitante para o historiador e para o sociólogo. E também para o político. Sua constante presença deve-se ao livro imortal de Euclides da Cunha. Não fossem *Os Sertões* e sua presença não seria tão viva e tão sedutora. A história o registraria, é certo, e com destaque. Mas este registro e este destaque jamais teriam atingido a notável repercussão que tiveram. É que o gênio lavrou em períodos de bronze a trágica epopéia daquela gente que seguiu pelo sertão o celebre Antônio Vicente Mendes Maciel, que se tornaria conhecido por Antônio Conselheiro.

Entretanto o gênio estava muito perto do drama. Seus olhos viram muito. Sua inteligência descortinou horizontes. Sua acuidade penetrou fundo aquele mundo bárbaro e sertanejo. Mas porque estava muito perto do drama, não pode ver tudo embora tivesse olhos de ver muito.

O professor Ataliba Nogueira vem de publicar *Antônio Conselheiro e Canudos*, onde nos mostra o personagem que chegou a abalar o Brasil nos primeiros anos da República, sob aspecto bem diferente daquele que comumente é apresentado.

Ataliba Nogueira tem o amor da verdade. Quando defende uma causa o faz com a consciência do advogado correto e com a firmeza do mestre que sabe ler e interpretar o documento. E é de um documento inédito, que tirou os traços morais e intelectuais de um homem muito falado e bem pouco conhecido.

O documento, na realidade, é uma obra manuscrita traçada pela letra firme e clara de Antônio Conselheiro.

Foi o dr. João Ponde, quem, em Canudos, encontrou o manuscrito, no dia 5 de outubro de 1897, e por isso informa que quando as tropas legais

"sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães assenhoraram-se vitoriosamente do Arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado, em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático. Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antônio Maciel o Conselheiro".

Pondé ofereceu o livro a Afrânio Peixoto, que o transferiu para Euclides da Cunha, na esperança de que poderia servir para alguma nota de *Os Sertões*.

Ataliba Nogueira concluiu com boa lógica que Euclides não chegou a ler o manuscrito, pois quando o recebeu estava preocupado com seu concurso para lente do Colégio D. Pedro II e, mais do que isso, atormentado pelo problema familiar que acabaria em tragédia.

O livro de Antônio Conselheiro vem, agora, pela primeira vez a lume. Ataliba Nogueira ao examiná-lo o faz com o espírito de uma revisão histórica. E o consegue com brilho e segurança.

Antônio Vicente Mendes Maciel era cearense Nasceu em Quixeramobim em 1828. Na província natal, matriculado na escola do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, estuda português, francês e latim. Perdera a mãe aos 6 anos de idade e quando contava 27, morre-lhe o pai. Paga as dívidas deixadas pelo progenitor e educa as irmãs. Em 1857, contrai casamento. Como no comércio não vai bem, resolve lecionar português, aritmética e geografia. Abandonou o magistério e passa a advogar, como provisionado.

Residindo em Ipú, onde advoga, sofre o golpe que mudaria sua vida: a mulher o abandona e foge com o furriel João da Mata, da Força Pública da Província. Durante 10 anos procura a mulher e João da Mata, para vingar-se. Tudo em vão.

O tempo lhe mostra que deve seguir outro caminho, esquecendo a infidelidade da esposa. Dedicar-se, então, ao trabalho de construir cemitérios e igrejas e com este mister sai para o sertão em busca de vilas e povoados, onde arranja serviço para si e para os que o acompanham. Homem bom, pedem-lhe conselhos. E eles os dá. Vira conselheiro. O grupo que o acompanha, aumenta, cresce e já não é apenas reduzido número de operários, mas homens e mulheres que fogem da perseguição e das injustiças. Volta ao cristianismo.

Ataliba Nogueira escreve:

"Passa a sofrer a desgraça alheia. Aos que guardam ódio e a sede de vingança em seus corações, Antônio Maciel, que tudo perdoara e tudo esquecera, com a maior sinceridade lhes desperta o espírito cristão e junto com o desgraçado recita as orações populares do *Pai Nosso* e *Ave Maria*.

"Acolhe com carinho principalmente as vítimas da política-gem infrene, do fisco voraz e das arbitrariedades policiais. Quantos, para tranquilidade de espírito, enxergando as virtudes daquele homem, lhe pedem para ficar em sua companhia, trabalhando naquelas obras pias, em que se ganhava a vida de modo honesto".

Em 1893, dispõe-se a fundar uma cidade. Escolhe uma antiga fazenda de criação, às margens do rio Vaza Barris, chamada Canudos. E ali se instala, com sua gente. O povoado cresce rapidamente. Chega a ter 25.000 almas, quando é arrasado. César Zama, famoso deputado baiano, citado por Ataliba, diz que a destruição de Canudos

"foi o requinte de perversidade humana".

Ataliba Nogueira demonstra que Antônio Conselheiro não foi nem um fanático político nem fanático religioso.

Estamos, portanto, diante de uma obra que deve ser lida pelos estudiosos da história pátria e por quantos se interessam pelo nosso passado. O professor Ataliba Nogueira com este seu livro abre um novo caminho para a compreensão *á Os Sertões* e, acima de tudo, o que entendemos o mais importante, trás uma nova luz para penetrarmos a grandeza de uma alma envolvida num drama longo e doloroso por um simples equívoco.

BRASIL BANDECCHI

\* \* \*

\*

PEREIRA (João Baptista Borges). — *Cor, Profissão e Mobilidade. O negro e o rádio em São Paulo*. São Paulo, 1967. Pioneira, 1a. edição, 285 p.

Primeiro trabalho científico desse moderno meio de comunicação de massa — o rádio, que dentro da temática negra revela faceta inédita do contato entre brancos e pretos em nossa terra. Momentos significativos de um rádio prestes a desaparecer são fixados através deste trabalho, que retrata os 40 primeiros anos de radiodifusão em São Paulo e no Brasil. Mas, o que mais valoriza este ensaio é o fato de o mesmo propiciar dados e esquemas interpretativos através dos quais poderá embasar-se para futura análise de nova situação de convivência inter-racial, principalmente no tocante ao processo de mobilidade profissional do homem de cor no campo artístico-musical.

A Introdução mostra-nos um bem arquitetado plano de pesquisa dentro da abordagem sócio-antropológica onde o Autor procura apreender microscopica-

mente os processos de interação social entre pretos e brancos, dentro do meio radiofônico paulistano investigando num primeiro plano o

"processo de integração do homem de cor no convívio sócio-profissional" e em segundo plano o "processo de participação na sociedade e cultura amplas desse contingente humano que ganhou novas qualificações sociais através de sua integração à estrutura das empresas radiofônicas".

A parte textual da obra compreende duas seções distintas, porem harmônicas. A primeira parte — Estrutura e Dinâmica — compreende quatro capítulos: (I) O Brasil e São Paulo em ritmo de mudança; (II) O rádio na sociedade e na cultura brasileira; (III) A estrutura do contexto radiofônico; (IV) Mobilidade. No primeiro capítulo o Autor caracteriza o instante histórico do aparecimento do rádio entre nós, dentro de um contexto de mudanças advindas da Primeira Guerra Mundial. É o País que marcha para a civilização urbano-industrial. A seguir examina o rádio concebido como agência publicitária concluindo que o mesmo é a resultante de um processo de reelaborações estruturais pelo qual passou a categoria técnica, como decorrência de novas imposições que lhe foram feitas. No terceiro capítulo trata da estrutura empresarial radiofônica, cenário estrutural onde se dão os processos de mobilidade, objeto central da análise. Como fecho desta primeira parte da exposição, focaliza as perspectivas, os canais e os mecanismos de mobilidade que condicionam a ascensão de *status* dentro da carreira radiofônica. Na segunda parte intitulada — "Cor, Estrutura e Dinâmica" — de leitura tão atraente e agradável quanto à Primeira parte, temos a oportunidade de acompanhar o Autor em temas tais como: (I) Pretos e mulatos no contexto radiofônico; (II) Cor e Mobilidade e (III) Cor, música e profissão. No primeiro capítulo desta segunda parte, numa perspectiva étnica o Autor mostra-nos em coordenadas amplas a composição demográfica da sociedade paulista, embasando sua análise em dados estatísticos. Questões tais como: — Quais são os obstáculos que pretos e mulatos encontram quando tentam ingressar no rádio? — são encontradas no Capítulo II onde João Baptista Borges Pereira se preocupa em examinar os processos nos quais se envolvem pretos e mulatos quando tentam ou passam a conviver com os brancos numa específica esfera profissional. Encerrando esta parte, no terceiro capítulo questiona sobre as condições que favoreceram a integração do homem de cor na esfera radiofônica dentro da estrutura ocupacional brasileira. Traça o perfil da formação étnico-histórica da "música negra" à "música popular brasileira". Afirma que a

"ascensão dessa música envolve (...) processos de competição e seleção entre elas e outras expressões musicais que, nesta específica dimensão da esfera artística, definem a variedade de alternativas que uma cultura do tipo da nossa, em geral comporta".

Nas Considerações Finais procura apreender algumas manifestações do processo através do qual o negro, após integrar-se a essa faixa da estrutura, e

com apóio no *status* obtido, tenta participar pluridimensionalmente da vida da sociedade. Paralelamente à sua marcha ascensional na carreira, a vida do racialista de cor é uma sucessão de conquistas de tudo aquilo que se pode obter com o dinheiro.

"Antes de ser negro, ele é o homem pobre que por falta de meios econômicos, até agora ficara à margem ou aquém de tudo o que há de mais expressivo na civilização urbano-industrial".

Dos Anexos constam as tabelas relativas às pesquisas realizadas e também abundante bibliografia acerca da temática negra à qual vem juntar-se o livro em apreço, como mais um comprovante da atenção dispensada a problemas concernentes à integração do negro na sociedade brasileira.

Como bem diz Egon Schaden, na Apresentação da obra:

"João Baptista Borges Pereira escreveu um livro que, não obstante a sua natureza estritamente científica, se destina não apenas a especialistas, mas a quantos desejem ter uma visão mais justa e mais satisfatória da realidade sócio-cultural brasileira".

#### TEREZINHA MARIA BRAVO

\*

\*

\*

BASTIDE (Roger). — *Estudos Afro-Brasileiros*. Perspectiva, São Paulo, 1973, 384 p.

A presente obra se compõe de estudos esparsos datando de 1944 a 1953. Tais estudos têm como tema as manifestações artísticas e religiosas dos negros e a forma pela qual se apresentam no Brasil. Bastide aborda primeiro a arte, através do estudo da poesia de autores negros.

Na *primeira parte* do seu trabalho o autor analisa os homens e as obras separadamente. Ressalta como o intelectual de cor não se integra no conjunto da raça nem forma uma liderança em favor dela. Portanto, não existe uma poesia negra, mas poesias feitas por negros dentro dos moldes e padrões do mundo branco. Ainda, que nas diferentes fases da literatura nacional (cada uma das quais o autor estuda separadamente) tenha havido momentos bastante propícios para a eclosão de um sentimento de negritude, isto não se verificou. A exaltação da raça foi substituída, no *Arcadismo*, pelo canto da natureza.

O romantismo, que foi toda uma apologia do folclore, não serviu aos poetas negros para valorizarem e exporem toda a riqueza, o fantástico e o maravilhoso do folclore de sua raça.

O mesmo se verifica nas demais fases literárias e até à atualidade. Aliás, estudos bastante recentes de relações raciais apreendem uma situação idêntica

a esta dos estudos de Bastide: o negro que obtem melhoria de *status* se isola do grupo ao invés de utilizar a nova posição como meio de reivindicar. (Ex.: Cor, Profissão e Mobilidade).

Na *segunda parte* o autor faz o estudo da raça negra inserida na sociedade:

- à nível de estereotipia corrente sobre o negro;
- à nível de imprensa negra.

Os estereótipos negativos sobre a imagem do negro são apreendidos pelo autor no período escravocrata como um resultado das posições existentes: negro escravo, branco senhor. Referem-se, tais imagens pré-fabricadas, à higiene do negro (mau cheiro), catalogam-no como preguiçoso, de más inclinações, etc.

Estudando a Imprensa Negra Brasileira através de artigos, Bastide apreende uma tímida formação de consciência da classe negra manifestando-se através de algumas formas de protesto (ainda que velado) contra o preconceito de cor (sutil e ambíguo) no Brasil. Há, porem, constantes referências à vida social nos moldes da sociedade branca, numa evidente valorização dos padrões dela.

Na *terceira parte* do livro e em outra linha de considerações, Bastide estuda o candomblé e a macumba, utilizando uma abordagem sociológico-psicologizada.

Em outros estudos do mesmo autor em torno de assuntos paralelos, ele já demonstra sensibilidade pelo fenômeno da simbiose ocorrida entre o catolicismo e candomblé. No presente trabalho há uma tentativa de estabelecer motivos e causas do intercâmbio de elementos culturais entre catolicismo e candomblé. Segundo ele, tal sincretismo recebe conotações diferentes dependendo da forma como é adotado o candomblé:

- se como religião,
- se como feitiçaria.

Circunscrevendo suas observações à área de São Paulo, Bastide toma como tema a construção interna da macumba, definindo-a como religião funcional e pragmática o que lhe angaria adesões. Nesta parte de seu trabalho estuda os elementos componentes da macumba, a iniciação do indivíduo no ritual próprio, as relações da religião com o mundo leigo (principalmente o mundo branco que a corrompe). Finalmente demonstra os caminhos e porque a macumba perde sua vocação inicial para o bem e adquire uma mentalidade capitalista.

Estabelecendo paralelo entre o catolicismo e o candomblé, o autor observa que a aproximação com a divindade obedece a processos inversos numa e noutra religião.

Neste e em outro trabalho o autor compara o candomblé a uma família cujos laços se solidificam mais que o de familiares consanguíneos.

O autor se detem ainda em um estudo de cunho psicológico do fenômeno do transe e da incorporação de orixás ou dos espíritos de crianças.

O ritual do candomblé se fundamenta em símbolos que se cristalizaram na Antigüidade e são transmitidos, ou por outros que, como havia afirmado anteriormente, são assimilados de outras religiões. Tais símbolos são utilizados, às vezes, independente do conhecimento de seu significado pois nem todos crentes do candomblé sabem sobre sua formação histórica.

Finalizando a obra, Bastide descreve o ritual de lavagem das contas que é de uma riqueza e significado extraordinários, tais contas que se destinam aos colares que serão usados pelos chamados filhos de santo e trazem consigo poderosa carga de deveres e obrigações aos quais se sujeitam.

Apesar da desconexão entre um texto e outro do que compõem esta obra, há uma abordagem psicológica que o autor faz, da literatura negra e o poeta negro, da formação e implicações da estereotipia acerca dos negros, da imprensa como veículo de projeção racial, da religião como dimensão cultural que compensa pelas possibilidades de afirmação. Tal abordagem psicológica estabelece um traço de união entre os diferentes textos conferindo-lhe valor científico.

MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI

\* \*  
\*

ZÉRAFFA (Miguel). — *Roman e Societé*. 1ª edição. Paris. Presses Universitaires de France. 1971. (Collection SUP). 184 págs.

Se o romance, enquanto fato de arte, estabelece graus de dignidade a seus personagens, encaminhando-os do episódio ao central, isso pressupõe um relacionamento social. Para instaurá-lo o escritor acaba por fazer uma crítica, em que se deve apreender uma verdade romanesca, de natureza peculiar, diversa da verdade científica, comportando dois níveis: uma realidade intra e outra meta-romanesca, com seus antes e depois.

Numa abordagem histórico-comparativa, Zéraffa assinala o alcance que o romance como gênero privilegiado em arte adquire, pois como nenhum outro abrange ampla diversidade de fatos humanos. E, no primeiro dos três capítulos, sua obra veicula as diferentes concepções sócio-estéticas que, apesar de vislumbradas já no século XII, somente ganham corpo em fins do século XVIII, quando o romance está instituído como gênero literário.

Toda a posterior evolução formal faz com que a sua primazia de figuração e meio de conhecimento da história social, expressiva de uma causa-finalidade, muito observável nas obras de escritores como Balzac, encontre contemporaneamente outro polo: o enfoque do romance como fato estético.

Para chegar-se a isso, acompanhou-se-lhe uma evolução concernente ao estatuto de pessoa, relativamente à sua sociabilidade ou associabilidade. Se Balzac, Dickens, Diderot estabelecem o campo do *être avec*, numa ótica de

figuração do social, pela qual indivíduo e sociedade estão positivamente relacionados; James, Proust, Joyce, V. Woolf, nas últimas décadas do século anterior e primeiras deste, destituem os ritos, convenções e relacionamentos socialmente oficiais, opondo a uma fatal realidade do indivíduo à verdade pessoal, se bem que ainda emergida dos contactos com o outrem e consigo mesmo.

Paulatinamente se plasma na obra de arte a interpretação dos fatos sociais, não mais sua descrição. E, aproximando-se da segunda parte deste século reponta outra geração, ressaltando a questão da "associabilidade", levando-a aos limites do *non-sens*, aparentemente desligado do discurso social. Numa dimensão surrealista surgem autores tais como Robbe-Grillet, cuja despersonalização do homem coloca a este no plano do objeto, eivado pelo valor de troca que avassaladoramente assume a economia de mercado.

Essa posição em aparência dissocializadora do real, malgrado tudo é sintomática de fenômenos de alienação; e, o conceito de realismo a que muitas vezes se atem o analista, na conjunção do sociológico ao literário, é pouco relevante, já que não são os métodos empregados pelo escritor na criação de sua obra, mas a significação desta diante do social, que toma vulto na investigação.

Neste ponto encontramos-nos na segunda fase da obra de Michel Zéaffa. Para perquirir a dependência ou autonomia duma obra com respeito a uma sociedade dada, é mister desvendar sua razão de ser.

Dois facções teóricas disputam hodiernamente as preferências metodológicas dos investigadores. Seguindo a escola de Lukács, veremos como a obra pode ser abrangida em sua realidade meta-romanesca, através do conceito de produção, pelo qual a ficção assume o papel de produtora e sobremodo reveladora de um sentido aprioristicamente formal, sedimentado em uma determinada visão de mundo, cuja apreensão, consciente em maior ou menor grau, indica a posição do escritor em um certo complexo de relações sócio-ideológicas.

Em contrapartida, a escola formalista encara precipuamente a obra como sistema de signos, — cujo código deve ser desvendado no próprio texto. À medida que o escritor, através das palavras, conduz a linguagem do plano implícito para o explícito, o sentido é devassado e o social emerge da concretude dos objetos designados.

Convem lembrar que dentro da facção formalista, dois grupos se distinguem: o *Tel Quel* e os seguidores dos formalistas russos. Enquanto estes vinculam-se mais à retórica ou à poética do discurso linguístico, os do *Tel Quel* separam duas espécies de estrutura: as de tipo sócio-econômico, e as do "inconsciente freudiano".

Mas, em verdade, as divergências entre a escola de inspiração marxista e a formalista originam-se mais do posicionamento da obra, que em função dos métodos: para uma é ponto de partida, para a outra é ponto de chegada. Assim, a produção literária pode desvendar um sentido e desmascarar um significado, visto que o escritor não deixa de racionalizar esteticamente uma experiência existencial.



Lido no próprio tecido narrativo ou nas suas entrelinhas, o romance deixa de ser (como observa M. Foucault) um monumento para tornar-se um documento, ou seja, cessa de ser um milagre para tornar-se um espelho, e não o reflexo do social.

Desse modo expostos, notamos que os métodos de análise devem ser complementares. Demais, Michel Zérafra chama a atenção para o fato de que as análises formalistas tomam por objeto, na maior parte das vezes, conjuntos literários restritos como contos, novelas, narrativas, e que o "textual" isoladamente não deve ser tomado como objeto de explicação para totalidades romancescas mais amplas, de estruturas mais complexas.

Na terceira parte de sua obra, o autor arremata seu enfoque, situando as articulações e desarticulações entre mito e romance, em termos de falsa ou verdadeira consciência e conformidade ou oposição a formas sociais, observando-se as nuances conceituais de tempo e sociedade. Acresce, ainda, as análises de Lukács (historicista) e a de L. Strauss (antropológica-ontológica) a propósito da nostalgia de totalidade encarnada nos mitos.

Enfim, este é um trabalho inteligente, de síntese densa da problemática sociológica-literária, atinente às recíprocas interferências dos dois setores de pesquisa. Embora tenha aparecido no Brasil há uns dois anos, talvez ainda seja pouco utilizado.

CLÁUDIA NIKITIUK

\* \*  
\*

WITTER (José Sebastião). — *Um estabelecimento agrícola da Província de São Paulo nos meados do Século XIX*. Apresentação de Eurípedes Simões de Paula. Coleção da "Revista de História", vol. L, São Paulo, 1974, 95 pp.

É, provavelmente, um truismo dizer-se que a importância de um texto está não só naquilo que explicitamente contem, mas também no que lhe fica implícito e sobretudo nas dúvidas que suscita. Um trabalho desse tipo constitui sempre um desafio à reflexão do leitor que dá prioridade à construção do conhecimento ao invés de debruçar-se na crítica banal à construção da obra.

Tem essas características o livro que José Sebastião Witter, professor no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, acaba de publicar na prestigiosa coleção de monografias que, paralelamente à "Revista de História", constitui um dos pacientes e importantes empreendimentos do prof. Eurípedes Simões de Paula.

Ao invés de elaborar uma obra "fechada" por meio dos muitos recursos e artifícios de que um intelectual pode dispor para garantir e/ou prolongar a

"invulnerabilidade" do seu trabalho, José Sebastião Witter preferiu a exposição direta não só dos seus trunfos, mas também das limitações do seu estudo. Assim, ele garante ao leitor, lealmente como convem, desde logo, o acesso aos seus próprios tropeços na tentativa de abordar um tema "menor", fazendo, sem o deliberar, contraponto com a vaga de "olimpismo" que tende a viesar o conhecimento da realidade em certos momentos e em certas circunstâncias.

Por esse meio, o tema "menor" vai crescendo em importância estratégica na inteligência do leitor, esgarçando o tecido cerrado e olímpico das formulações da moda. A velha *Fazenda Ibicaba*, da empresa Vergueiro & Cia., em que o liberal Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, advogado militante, senador do Império, comerciante e fazendeiro, realizou uma experiência pioneira de implantação do trabalho livre, em meados do século passado, através do sistema de *parceria*, ressurgiu diante do leitor com características esclarecedoras. A monografia não se esgota na inovação que a empresa pretende estabelecer nas relações de trabalho nem na referência aos aspectos estritos do levante camponês de parceiros suíços e alemães que o lúcido mestre-escola Thomas Davatz descreve nas suas conhecidas *Memórias*.

Apesar de todas as limitações de um material de pesquisa sensivelmente empobrecido, ao que tudo indica, por um incêndio nos arquivos particulares do estabelecimento rural de Ibicaba, o autor não se intimida, ao contrário, tenta o possível, reconstituindo os diferentes momentos do empreendimento econômico que é objeto do seu estudo. Com isso, o levante camponês fica situado num quadro mais amplo, tornando evidente a necessidade de que os cientistas sociais retomem o tema, já agora no plano *explicativo*, para que, a um só tempo, possam desvendar concretamente o acontecimento e a sociedade na qual ocorre.

O livro vai mostrando, nas linhas e nas entrelinhas (sustentadas ambas pela documentação anexada) a contradição entre o liberalismo e a sua ética, de um lado, e as necessidades de reprodução do capital, de outro. O tormento do empresário, os seus recuos morais, as suas estratégias (como a do vale de pagamento de empregados), a sua falência mostram, no plano das relações sociais, que os episódios de 1857, vividos e narrados por Davatz (já naquela altura acusado por seus patrões de ligações com agitador subversivo e comunista) não podem ser explicados senão através das mediações mais amplas e significativas que geram o empresário e, ao mesmo tempo, os seus interlocutores e os seus contrários. É por esse caminho que uma das nossas mais insistentes "verdades" pode começar a ser repensada: as condições concretas da reprodução do capital não são negativamente afetadas pela sobrevivência da mentalidade escravocrata no fazendeiro. É que entre ele e os colonos estrangeiros existiam, como parte integrante da própria empresa rural, intermediários *alemães*, agentes imediatos de uma relação repressiva e espoliativa. Nesse caso, esses agentes imediatos não são herdeiros daquela mentalidade. No entanto, vivenciam imediatamente, isto

sim, uma situação social permeada pela dinâmica do capital, na qual são articuladas as relações sociais, seja com o escravo seja com o homem livre. Assim sendo, a mentalidade não é herança, mas experiência e realidade social interpretadas .

Ainda que essas reflexões possam contrapor-se a formulações diretas de José Sebastião Witter, elas constituem justamente a demonstração de como o aparentemente modesto trabalho desse autor semeia, produtivamente, interrogações de grande importância, fecundando a inteligência dos seus leitores.

*JOSÉ DE SOUZA MARTINS*